

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO  
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

**PRESENCAS**

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho, e Margarida José César Osório Silva Duarte.

**AUSÊNCIAS**

Não se verificou qualquer ausência.

**SECRETARIOU**

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

**ABERTURA (COD 02)**

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e quarenta minutos.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)**

**O senhor Vereador Manuel José Carmo Coutinho** lamentou a morte do senhor António Joaquim Pina Monteiro, a exercer funções neste Município através do

Presidente

Secretário

Centro de Emprego de Lamego, ocorrido no passado fim-de-semana, tendo acolhido a unanimidade do restante executivo.

AQUISIÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA IMPLANTAÇÃO DA ETAR DE CEPÕES E CONSTITUIÇÃO DE DUAS SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS, PELA PASSAGEM DO EMISSÁRIO DOS ESGOTOS DE CEPÕES E PELA PASSAGEM DO EMISSÁRIO DA FOSSA DE BRITIANDE PARA A ETAR DE CEPÕES **(COD 47)**

**PROPRIETÁRIAS:** SÓNIA ISABEL CARDOSO DA FONSECA MESQUITA E LAURA ALEXANDRA CARDOSO DA FONSECA SEIXAS

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso de competências delegadas e nos termos do n.º 3 do artigo 65º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deu conhecimento ao executivo da aquisição de uma parcela de terreno, com 450 m2, para implantação da Etar de Cepões, a desanexar ao prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 383, secção A, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego, sob o n.º 00819/19022001, da freguesia da Cepões propriedade de Sónia Isabel Cardoso da Fonseca Mesquita e Laura Alexandra Cardoso da Fonseca Seixas e a constituição de duas servidões administrativas, uma com 360 m2 pela passagem da conduta do emissário dos esgotos de Cepões e outra com 600 m2 pela passagem do emissário da fossa de Britiande para a Etar de Cepões (Godim), constituídas no prédio supra identificado, pelo valor total a pagar é de 24.906,00€, (vinte e quatro mil, novecentos e seis euros).

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

**RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA (COD 55-A)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 21 de Fevereiro de 2011.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

Presidente

Secretário

#### TUTELA (COD 64)

**O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro**, no uso da palavra, questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o Relatório da Auditoria Financeira ao Município de Lamego e leu integralmente o seguinte texto:

“Confrontados que estamos com o Relatório Final do Tribunal de Contas sobre a Auditoria às Contas do Município de Lamego, para a gerência de 2008, cumpre-nos hoje tecer as considerações de natureza política que se impõem, em nome da verdade e da seriedade públicas, que sempre defendemos e praticamos, nos termos que a seguir passamos a descrever:

1º - O juízo sobre as contas de 2008 não podia ser mais claro e negativo – ele é desfavorável, no sentido que a tal expressão é atribuído pelas normas de auditoria geralmente aceites, por terem sido apuradas diversas ilegalidades e irregularidades nos procedimentos de elaboração e execução orçamental para o período considerado, mas com inevitáveis repercussões nas contas seguintes, até à actualidade.

Significa isto, em bom português, que o Tribunal de Contas “chumbou” as contas do Município de Lamego, para a gerência de 2008, com todas as consequências nefastas, tanto públicas como pessoais, para Lamego e para todos os que incautamente se deixaram influenciar pelo discurso onírico do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego.

2º – Este chumbo constitui a primeira “vergonha”, pública e política, de que há memória a este nível, em Lamego, uma vez que nunca os responsáveis políticos da nossa terra desenvolveram uma tão lamentável e ruínosa gestão, ao arrepio, como sempre dissemos que estava a acontecer, da legalidade e rigor que se impõe respeitar e cumprir, sem recurso a “artifícios” e “engenharias” financeiras que pretenderam (e continuam actualmente a pretender) disfarçar os problemas na hora mas que, a médio e longo prazo, se revelam escandalosamente ruínosos para o erário público.

3º - No entanto, convém reter que as ilegalidades e as irregularidades cometidas ultrapassam a pura má gestão, enquanto fruto da incompetência e da politiquice barata e demagógica que tem grassado nestes últimos cinco anos da gestão autárquica municipal.

Presidente

Secretário

A incompetência demonstra-se, como muito bem se refere no Relatório, na incapacidade crónica de adopção de um Sistema de Controlo Interno que seja verdadeiramente eficaz, e na inexistência de alertas adequados para os perigos do desequilíbrio e da falta de solvabilidade financeira municipal.

A politiquice barata tem levado à construção e aprovação de orçamentos completamente irrealistas, que promovem a tal “ilusão de suficiência” com resultados económicos catastróficos para a sustentabilidade de um projecto político autárquico, que penso que todos gostariam que fosse sério e honesto.

4º - Mas que podemos nós concluir, depois de anos sucessivos a alertar nos locais próprios, e a chamar a pública atenção para as múltiplas ilegalidades e falsidades que se estavam, e estão, a cometer no Município de Lamego, quando recebemos em troca acções judiciais contra nós, promovidas precisamente por quem tem cometido as ilegalidades e irregularidades que agora se concluem ter de facto existido, em juízo final produzido pelo Tribunal de Contas?

Concluimos simplesmente que, à falta de melhores e mais consistentes argumentos, o Presidente da Câmara opta por usar os dinheiros públicos, que são de todos nós, para proferir ataques à honra e honorabilidade pessoal e profissional dos seus opositores, como foram os casos cometidos contra a minha pessoa e contra a Dra. Marisabel Moutela, Presidente do PS Lamego, por parte do Presidente da Câmara e do seu chefe de gabinete, mas onde felizmente o Tribunal Judicial de Lamego me deu sempre razão, (e agora uma vez mais o acabou de fazer), conferindo-me sustentabilidade e a razão em tudo quanto disse e escrevi sobre a gestão ruínosa protagonizada por esta coligação PSD/CDS-PP, ao longo dos últimos anos.

5º - E concluimos também que uma boa parte dos lamecenses eleitores, pese embora os sucessivos e constantes avisos que o Partido Socialista foi fazendo, visando as consequências caóticas desta gestão repleta de ilegalidades e irregularidades, optaram por dar o apoio político a quem actuava, e continua a actuar, ao arrepio dos mais elementares procedimentos legais, deslumbrados que estavam com a falácia das obras avulsas que se foram produzindo, não cuidando de verificar se eram estes os verdadeiros investimentos que interessavam ao desenvolvimento de Lamego, sem um mínimo de preocupação sobre as consequências financeiras decorrentes destas megalomalias.

Presidente

Secretário

6º - Em resultado deste deslumbramento bafiento e simplório, estamos agora completamente endividados e em desequilíbrio seguramente conjuntural, e em nosso entender já estrutural, com uma série de graves problemas financeiros de não fácil solução, problemas esses que se nos irão colocar pela frente nos próximos anos, e sem termos concretizado as obras mais importantes e estruturantes que se impunham realizar para o desenvolvimento da nossa terra.

Como já publicamente referi por mais que uma vez, gastou-se o que se tinha e o que se não tinha em obras não estruturantes e agora, completamente endividados e sem qualquer possibilidade de recuperar a curto prazo, irá faltar-nos a capacidade financeira para fazer o que deveria ter sido feito.

7º – Acresce à gravidade de tudo isto, e de tudo quanto vem expresso neste Relatório, (independentemente das possíveis sanções financeiras e da obrigatoriedade de proceder, em alguns casos, à reintegração dos valores indevidamente utilizados pelos responsáveis destes desmandos), o imbróglio jurídico e financeiro que foi criado ao Município Lamecense, a propósito das suas relações esquivas, sempre opacas e de difícil percepção ao comum dos cidadãos, com a empresa municipal Lamego Convida e, por conexão que agora se conclui ilegal, com a empresa de capitais maioritariamente privados que dá pelo nome de Lamego Renova.

Ao sentenciar a ilegalidade dos contratos programa, bem como a ilegalidade e nulidade dos actos mais importantes que levaram à criação da “pretensa” PPP (parceria público privada), o Tribunal de Contas mais não fez que o devido enquadramento legal, ou melhor, apurou a falta dele, para um conjunto de actos que nós sempre constatamos serem duvidosos, e perante os quais sempre votamos contra, por considerar que os mesmo eram ilegais e ruinosos para as finanças municipais, recebendo também e sempre, em troca, acusações abstrusas de falta de competência e ignorância sobre estas matérias...

8º - De facto, recorde-me bem que, reportando-me ao período de tempo a que se refere este Relatório, em sede da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente e o Grupo Parlamentar da Coligação PSD/CDS-PP, apelidarem de ignorantes e incompetentes o Grupo Municipal do Partido Socialista, por nos recusarmos a votar favoravelmente em muitas destas matérias, em defesa do bom nome público de Lamego e da actuação legal que deve ser apanágio de qualquer cidadão com

Presidente

Secretário

responsabilidades políticas. Fica agora bem demonstrado quem eram e quem são os verdadeiros ignorantes e incompetentes tendo em conta a enormidade e a gravidade dos problemas que irão causar a Lamego nos próximos anos, em resultado da prática de todas estas ilegalidades.

9º - Isto, claro está, para não falarmos das transferências financeiras manifestamente ilegais; das cartas de conforto a entidades bancárias, expressamente vedadas por lei, mas que o senhor Presidente não se inibiu de passar; dos contratos ilegais de *factoring* associados a planos de regularização de dívidas; da não submissão a Visto do Tribunal de Contas de empréstimos bancários de curto prazo, por não terem sido amortizados no ano da respectiva contratação; ou até da ultrapassagem dos limites de endividamento municipal, que nós afirmávamos existir, mas que as contas aprovadas pela coligação PSD/CDS-PP nunca expressaram fielmente, ao arrepio das mais elementares regras de elaboração e execução orçamentais.

Não nos vamos sequer deter em pormenor sobre o conteúdo do Relatório, já que o mesmo vai estar brevemente publicitado no lugar internet do Tribunal de Contas, pelo que nos abstermos aqui de o escarpelizar, uma vez que qualquer cidadão pode ter acesso a este documento, ao abrigo da transparência dos actos públicos, definidos pelo Governo.

10º - Transparência legal que, aliás, se continua a não cumprir em Lamego, dado que o senhor Presidente da Câmara continua sem publicitar no sítio internet do Município os mapas resumo das despesas e das receitas, bem como as suas dívidas a terceiros, conforme estabelecem as alíneas a) e f) do nº 1 do artigo 49º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro. Se hoje formos consultar os documentos financeiros disponíveis no sítio, verificamos que as dívidas a terceiros que lá se encontram para *download* reportam-se a 14 de Janeiro de 2008, pese embora termos ao longo dos últimos anos denunciado publicamente este continuado incumprimento legal.

11º – Mas se o que consta no Relatório do Tribunal de Contas é mais que suficiente para nos obrigar a reflectir muito seriamente para onde nos está a levar este Presidente da Câmara, e demais Vereação e Membros da Assembleia Municipal que o apoiaram no mandato anterior, e os que agora o continuam a apoiar incondicionalmente, com a maior das bonomias acríticas de que há memória em Lamego, que dizemos da sua acintosa prepotência e perseguição a muitos dos

Presidente

Secretário

que não pensam ou seguem as suas ideias políticas, (sendo eu próprio e a Dra. Marisabel Moutela dos que têm sido sistematicamente perseguidos, pessoal e profissionalmente); do despudorado e ostensivo peculato de uso de viaturas municipais, protagonizado tanto pelo próprio Presidente como pelo seu chefe de gabinete e alguns funcionários municipais; ou ainda da imoral parcialidade com que, no exercício das suas funções autárquicas, usa as suas competências para colocar somente as pessoas da sua confiança política nas mesas das assembleias de voto, como aconteceu nas últimas eleições presidenciais?

12º – Significa isto que, se acrescentarmos aos comportamentos claramente deficitários, em termos democráticos, as ilegalidades e irregularidades que têm sido cometidas por este Presidente e Coligação que o suporta, agora inquestionavelmente sentenciadas pelo Tribunal de Contas, estão reunidos todos os requisitos para percebermos que em Lamego impera de novo o caciquismo na sua formulação mais retrógrada e abjecta, custando-me bastante perceber como é que ainda é possível que este estado de coisas esteja a acontecer em Lamego, uma cidade e um concelho que eu, sinceramente, pensava que já tinha ultrapassado o estágio de ausência de total capacidade de análise crítica ao que tem vindo a suceder nesta terra.

13º – E não nos esqueçamos que o que está em causa, em muitas das matérias agora conclusivamente ilegais e irregulares, é, não só a actuação do anterior executivo como também a do actual, já que a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, tanto para 2010 como para 2011, viabilizaram conscientemente o não cumprimento das Regras do POCAL, o empolamento artificial da receita, nomeadamente nas receitas de capital, e a continuação das transferências financeiras ilegais à empresa Lamego Convida, sem que entretanto alguma coisa se tenha feito no sentido de as legalizar, adequando o figurino contratual ao estipulado na lei.

As alegações de desconhecimento dos senhores vereadores que, por exemplo e no que respeita àqueles instrumentos de gestão para 2011, produziram em sede de declaração de voto, não pode ser aceite por ninguém, sobretudo quando nessa data já o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lamego tinha publicitado o teor do contraditório proferido em defesa de alguns senhores membros daquela Assembleia.

Presidente

Secretário

14º – Não restando agora outra solução senão a de implementar as recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas e desenvolver as diligências necessárias para repor a legalidade dos actos produzidos, independentemente dos processos judiciais que obrigatoriamente irão decorrer, e sobre os quais não nos pronunciaremos, esperamos que a actual Coligação PSD/CDS-PP acorde de uma vez por todas deste autismo letárgico em que tem vivido nos últimos cinco anos e, assumindo integralmente as responsabilidades políticas que lhe cabem, inicie finalmente um processo de saneamento financeiro municipal, de acordo com os parâmetros estabelecidos na Lei, e saiba ter a hombridade de agir em conformidade com a extrema gravidade da situação em que colocou o Município de Lamego.

Pessoalmente, e tendo em conta tudo quanto se encontra apurado no Relatório do Tribunal de Contas, não posso deixar de referir que a estas atitudes chamo eu concorrência desleal, por irregular e ilegal que é, uma vez que ao não cumprirem nem respeitarem os princípios básicos e fundamentais do Estado Democrático e de Direito em que vivemos, conseguiram colocar-se perante o eleitorado lamecense com a falsa auréola de grandes gestores e excelentes administradores de bens públicos quando, afinal de contas, não passam de políticos demagogos, irresponsáveis e incompetentes, que não olham a meios para alcançarem os seus fins, com a triste agravante de transformarem Lamego num concelho totalmente inviável nos próximos 20 a 30 anos, tamanhas são as irresponsabilidades financeiras cometidas ao longo destes últimos anos.

Lamentamos profundamente que uma grande parte dos lamecenses se tenha deixado enredar no deslumbramento e na crença do “milagreiro” que nos veio de fora, como se a construção do bem-estar colectivo pudesse circunscrever-se a uma ou duas pessoas que, com uma varinha mágica na mão, tudo sabem e podem fazer para nos resolver comodamente os problemas.

Não é verdade, porque o bem-estar colectivo, sério, honesto, competente e legal, consegue-se alcançar com a ajuda, o empenho, a participação e o trabalho de todos e jamais no segredo de negócios políticos pouco transparentes que, no fim, sempre se revelam fortemente prejudiciais para o interesse público que os próprios políticos supostamente deveriam defender.”

Presidente

Secretário

**O senhor Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Senhor Vereador Agostinho Ribeiro referindo que compreende perfeitamente a excitação do Dr-Agostinho Ribeiro e do Partido Socialista de Lamego com os resultados de uma auditoria tão favorável aos intentos destrutivos do partido socialista, mas que isso pouco importa aos Lamecenses, tanto mais que as questões levantadas são relativas às contas de 2008, sendo que desde 2008 até hoje, 3 anos depois, o Município de Lamego continuou a investir e a cumprir os seus compromissos com os funcionários, com a Banca e com os fornecedores e empreiteiros. Ou seja, a falência do município de Lamego propalada pelo Dr. Agostinho Ribeiro com base numa auditoria as contas de 2008 é um completo disparate desmentido pela realidade do dia a dia do Município. Não que não haja problemas financeiros – há e são graves e têm-se vindo a agravar com os cortes que o governo fez em 2010 e 2011 nas transferências para as autarquias, bem como pelas enormes dificuldades de acesso ao crédito bancário e das elevadas taxas de juros resultantes do descrédito internacional e do estado de pré-bancarota a que o governo socialista conduziu a nação. Mas o Senhor vereador Agostinho Ribeiro faz graves acusações de ilegalidades e irregularidades alegadamente praticadas pelo executivo municipal no ano de 2008 e sancionadas pelo Tribunal de Contas. Interessa explicar aos Lamecenses que ilegalidades são estas, nomeadamente a situação dos apoios ao Sporting Clube de Lamego. O município de Lamego atribuiu, como faz todos os anos, um apoio de 50.000€ ao SCL. Por dívidas que o SCL tinha perante diversas pessoas, entre elas o ex-Presidente da Câmara Prof. José António Almeida Santos, o Tribunal Judicial de Lamego condenou o SCL a pagar as dívidas aos credores e arrestou para pagamento dessas dívidas o subsídio concedido pela Câmara ao Lamego. Confrontado com esta sentença judicial, questionamos o tribunal sobre a obrigatoriedade de fazer a entrega do subsídio para pagamento da dívida, o que deixaria o Lamego sem meios de subsistência e com as contas congeladas, portanto levando ao fim do Sporting Clube de Lamego. O tribunal respondeu que todos os cidadãos e instituições estão obrigados ao cumprimento das sentenças judiciais e que nada na lei impedia que no caso e processo em apreço o município de Lamego o fizesse. Nesse sentido propôs-se pagar parte do subsídio ao Sporting clube de Lamego, assegurando a continuidade do clube e outra parte do subsídio foi entregue ao tribunal para pagamento da dívida do SCL aos seus credores. É

Presidente

Secretário

esta parte de subsídio, entregue ao tribunal por sentença judicial que o tribunal de contas considera ilegal, donde resulta que efectivamente as sentenças judiciais não são para cumprir. Os Lamecenses julgarão se a decisão que o executivo tomou de simultaneamente salvar o SCL da falência definitiva e cumprir uma sentença judicial foi ou não foi uma decisão correcta e justa. Esse é o julgamento que me interessa. Quanto aos acordos de factoring celebrados com diversos fornecedores e empreiteiros, trata-se de um procedimento corrente que consiste na cedência da dívida da Câmara ao empreiteiro a uma entidade bancária. O Banco paga ao empreiteiro e a Câmara compromete-se a pagar ao banco, sem juros que são pagos pelo empreiteiro. Não se compreende a reserva colocada pelo Tribunal de contas a um procedimento que ocorre todos os dias em todas as Câmaras do país. Quanto ao endividamento municipal, o que aconteceu é que até 2008 o endividamento das empresas intermunicipais, participadas maioritariamente pelo estado e minoritariamente pelos municípios contava para o endividamento do Estado e não para o endividamento dos municípios. É o que faz sentido, pois a gestão destas empresas é assegurada por administradores nomeados pelo estado que detém a maioria na Assembleia Geral, onde os municípios não têm qualquer poder. Foi nesse pressuposto que o Município de Lamego aderiu às Águas de Trás-os-montes e à Resinorte. Na lei do orçamento de estado para 2008 o Governo alterou a regra e obrigou os municípios a assumir nas suas contas o endividamento das empresas do estado, na proporção das suas participações. Acontece que esta regra não foi seguida nem pelos municípios nem pela DGAL que certifica o endividamento dos municípios. O endividamento do Município de Lamego em 2008 foi certificado pela DGAL e estava dentro dos limites legais. O Tribunal de contas entendeu somar ao endividamento do município quase 3 milhões dos mais de 200 milhões de euros de dívidas das ATMAD e da RESINORTE, donde resulta: 1º que a Câmara de Lamego tem um sócio vigarista – o governo português - que altera as regras do jogo a seu bel prazer; 2º que os limites de endividamento certificados pela DGAL são diferente dos apurados pelo tribunal de contas, sendo que só são penalizadas as câmaras objecto de auditorias – Porque será?. 3º - o Presidente da Câmara de Lamego foi multado pelo tribunal de contas, não pelo que fez ou não fez – o endividamento da Câmara respeitou os limites legais – mas pelo que outros fizeram, nomeadamente a administração das Águas de Trás-os-montes. Ninguém

Presidente

Secretário

pode ser condenado por actos ou consequências de actos praticados por outros, pelo que, nem que tenha que recorrer ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, não pagarei tal multa. No que respeita às discordâncias do tribunal de contas relativamente às relações da Câmara com a Lamego Convida e a Lamego Renova, trata-se apenas de questões formais do contrato programa posto que todas as empresas municipais que exploram equipamentos culturais e desportivos, que dão sempre prejuízo, têm ajudas à exploração através de contrato-programa com a respectiva Câmara. Não se percebem as reservas colocadas pelo Tribunal de contas ao contrato-programa celebrado entre a Câmara e Lamego Convida que serão esclarecidos no cumprimento das recomendações apresentadas. Se necessário será celebrado novo contrato exactamente igual ao que outros municípios, como Vila Real e Lisboa têm com as suas empresas municipais. Quanto à Lamego Renova, empresa responsável pela construção do Pavilhão multiusos, as questões colocadas pelo Tribunal de Contas serão clarificadas no cumprimento das recomendações, sendo que a posição do Tribunal de Contas não poderá ser aceite por ser prejudicial aos interesses do Município, o que será objecto dos devidos esclarecimentos. Quanto à recomendação do Tribunal de contas para que a Câmara proceda à realização de um empréstimo de saneamento financeiro, compreende-se a exultação do Dr. Agostinho Ribeiro e do PS com esta recomendação do TC. Contrair um empréstimo de médio prazo com as taxas de juros altíssimas que actualmente a banca está a praticar iria estrangular financeiramente o Município de Lamego. Se deste estrangulamento resultasse a necessidade de suspender o ambicioso plano de investimentos financiados pelo QREN que a Câmara de Lamego tem em curso, estaria atingido o objectivo do Dr. Agostinho Ribeiro e do PS de Lamego que é impedir a Câmara de continuar a fazer os investimentos que eles foram incapazes de fazer em 4 mandatos autárquicos e 3 quadros comunitários carregados de dinheiro que todos os municípios aproveitaram menos Lamego. Pois continuaremos a investir no progresso de Lamego e dos Lamecenses aproveitando os fundos do QREN que até final do ano são a 85% a fundo perdido. E continuaremos a fazê-lo cumprindo o compromisso assumido com os Lamecenses que em vez de incautos e acríticos como o Dr. Agostinho Ribeiro lhes chama, são cidadãos informados e esclarecidos e eleitores sábios, conhecendo perfeitamente quem trabalha e quem mandria, quem faz e quem só

Presidente

Secretário

palra, quem os respeita e quem os insulta, quem está perto deles e quem se esconde no bafio de um museu. Os Lamecenses têm testemunhado todo o trabalho efectuado quer no mandato anterior, quer no actual mandato, com a construção dos centros escolares e de diversos arruamentos na cidade e nas freguesias, candidatados a fundos do Qren no âmbito da CIM DOURO, tendo o Município de Lamego obtido 11,5 milhões de euros de fundos comunitários a 80% a fundo perdido e já executados, correspondendo a 17,5 % do investimento total candidatado pelos 19 municípios da CIM. E continuaremos a aproveitar os fundos comunitários e executar a Regeneração urbana, a requalificação da mata e escadório dos remédios, a construção da nova biblioteca municipal, do novo pavilhão desportivo de Penude e a requalificação do Complexo desportivo de Lamego, entre muitos outros projectos que já estão aprovados.

Quanto às acusações de caciquismo que me são imputadas, são no mínimo risíveis, ainda mais vindas de quem vêm. Os Lamecenses têm testemunhado o espírito de diálogo e abertura com que tenho desempenhado o cargo de Presidente da Câmara e o esforço político, pessoal e familiar com que tenho procurado acompanhar todas as iniciativas relevantes levadas a cabo no concelho, por todas as instituições, entidades, empresários e cidadãos em geral. Não deixo, porem, de exercer os poderes e competências que a lei atribui ao Presidente da Câmara e que os Lamecenses quiseram que fosse eu a desempenhar. Faço-o, contudo, no mais estrito respeito pelos direitos da oposição e seguindo um principio de delegação de competências na vereação, no gabinete de apoio e nas chefias municipais, que segui sempre nestes 20 anos de actividade como engenheiro, gestor e político: delegar para melhor responsabilizar. A imagem que o Dr. Agostinho Ribeiro tenta fazer passar da minha pessoa e da minha gestão é completamente falsa e os Lamecenses sabem-no bem. O Dr. Agostinho Ribeiro e a Dr.a Marisabel Moutela foram processados judicialmente por mim, não pela sua acção política que é ridícula e irrelevante, mas apenas e só pelos insultos, injurias e calunias que, como pessoas incorrectas, acintosas e mal formadas que são, dirigiram repetidamente à minha pessoa, nomeadamente através de um determinado jornal local. O tribunal confirmou o carácter insultuoso das afirmações que me foram dirigidas, mas entendeu, de forma inexplicavelmente magnânima, que as mesmas eram dirigidas não ao cidadão Francisco Lopes, mas ao responsável político Presidente da

Presidente

Secretário

Câmara e que se enquadravam no combate político. Não concordo e não desisto! E irei de novo processar o Vereador Dr. Agostinho Ribeiro pelas acusações injuriosas, caluniosas e criminosas que me dirigiu na declaração que acaba de ler. Quanto ao relatório do Tribunal de Contas podem os Lamecenses confiar na resposta que o Município de Lamego vai dar às recomendações feitas pelo Tribunal de Contas e através das quais serão esclarecidas e sanadas as irregularidades alegadas.

### ORDEM DO DIA

#### **01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 08.02.2011 (COD 03)**

Presente para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 8 de Fevereiro de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberado:** Aprovada por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, em virtude de não ter estado presente naquela reunião.

#### **02-ASSUNTO: PEDIDO DE CORRECÇÃO DE FACTURAS DA ÁGUA (COD 01)**

##### **REQUERENTE: FRANCISCO FREITAS RIBEIRO**

Presente a proposta de deliberação n.º 87/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 62/DMSU, de 25 de Janeiro de 2011, se proceda à correcção das facturas n.º 86470 e 112719 relativas aos meses de Julho e Setembro de 2010, referente à instalação 3055, nos termos do n.º 5 do artigo 35º do RDADAR e com base na tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças).

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretário

**03-ASSUNTO: PEDIDO DE CORRECÇÃO DE FACTURA DA ÁGUA (COD 01)****REQUERENTE: MARIA DE JESUS FAUSTINO GOMES**

Presente a proposta de deliberação n.º 88/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 112/DMSU, de 8 de Fevereiro de 2011, seja autorizado o processamento de 136 m3 de água registado no mês de Fevereiro e a ser facturado no próximo mês de Março, relativo à instalação n.º 9140, nos termos do n.º 5 do artigo 35º do RDADAR e com base na tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças).

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**04-ASSUNTO: RECLAMAÇÃO SOBRE DÉBITOS DE ÁGUA (COD 01)**

**REQUERENTES:** JUNTAS DE FREGUESIA DE ALMACAVE, BRITIANDE, CAMBRES, FERREIRIM, FERREIROS DE AVÕES, LALIM, LAZARIM, MAGUEIJA, PARADA DO BISPO, PENUDE, SAMODÃES, SÉ, VALDIGEM, VARZEA DE ABRINHAIS E VILA NOVA DE SOUTO D' EL REI

Presente a proposta de deliberação n.º 89/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual refere que as Juntas de Freguesia supra mencionadas requereram a anulação das facturas da água em dívida do período entre Abril de 2005 e o ano de 2006, emitidas no âmbito dos protocolos de delegação de competências celebrados com a Câmara Municipal de Lamego e as Juntas de Freguesia, alegando, na generalidade dos casos, que os contadores foram instalados nos locais de consumo sem lhes ter dado conhecimento.

Analisado todo o processo, evidencia-se que a maior parte dos contadores foram instalados ainda antes da celebração dos protocolos e a facturação teve início após a celebração dos protocolos, mas antes da subscrição dos contratos de fornecimento de água.

Assim e no que respeita aos débitos do ano de 2005, conclui-se que lhes assiste razão pelos motivos evocados, comprovando-se que o processo se iniciou de forma inadequada não tendo sido acautelados os procedimentos administrativos e legais em que se sustentaria o processo.

Presidente

Secretário

Nestes termos, propõe à Exma. Câmara Municipal a anulação de todas as facturas em dívida relativas ao ano de 2005. Quanto aos débitos dos anos seguintes que algumas Juntas vêm mantendo, devem as Juntas de Freguesia titulares da facturação em dívida ser notificadas para procederem de imediato ao seu pagamento.

**Deliberado:** Após a análise do assunto em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concluir que efectivamente as Juntas de Freguesia não estão em dívida no ano de 2005. Já quanto aos débitos relativos aos anos seguintes, devem as Juntas de Freguesia titulares da facturação em dívida ser notificadas para procederem, de imediato, ao seu pagamento.

**05-ASSUNTO: NOVO REGIME DE INCOMPATIBILIDADES EM MATÉRIA DE EXERCÍCIO FUNÇÕES PÚBLICAS OU CARGOS POLÍTICOS POR APOSENTADOS OU EQUIPARADOS (COD 08)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor da circular, emanada da Caixa Geral de Aposentações, datado de 14 de Janeiro de 2011, referente ao novo regime de incompatibilidades em matéria de exercício de funções públicas ou cargos políticos por aposentados ou equiparados.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

**06-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)**

**ARGUIDO: FERNANDO MANUEL CARMO CORREIA**

Presente a proposta de deliberação n.º 90/17/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 94/DMSU, de 3 de Fevereiro de 2011, e nos termos do n.º 1 do artigo 97º do Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, seja instaurado o processo de contra-ordenação contra Fernando Manuel Carmo Correia.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretário

**07-ASSUNTO:** AGRADECIMENTO DA E.B. 2,3 DE LAMEGO – EXPOSIÇÃO “RECREIAÇÕES” (COD 20)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício, emanado da Escola E.B. 2,3 de Lamego, Grupo de Educação Visual – Departamento de Expressões agradecendo toda a colaboração prestada pela Câmara Municipal de Lamego, na concretização da exposição “Recriações” que esteve patente no Teatro Ribeiro Conceição, de 18 a 31 de Janeiro de 2011.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

**08-ASSUNTO:** 6ª MEIA MARATONA DO DOURO VINHATEIRO (COD 20)

Presente a proposta de deliberação n.º 91/20/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos a qual refere que, face ao conteúdo da informação n.º 56/DMSU, de 21 de Janeiro de 2011, seja autorizada a realização da 6ª Meia Maratona a realizar pela Global Sport, no dia 22 de Maio de 2011, nos termos do artigo 8º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a realização da 6ª Meia Maratona, bem como autorizar a interrupção do trânsito na via sob a jurisdição do Município de Lamego, durante o tempo estritamente necessário, para o efeito.

**09-ASSUNTO:** CIRCULAR EXTERNA DE LAMEGO NO TROÇO ENTRE A ROTUNDA DR. FERNANDO AMARAL E A ESTRADA DAS AMOREIRAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 41)

Presente a proposta de deliberação n.º 92/41/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal, para que seja ratificado o seu despacho datado de 9 de Fevereiro de 2011, no qual aceitou os erros e omissões indicados pelos projectistas, atentas as listas apresentadas pelos interessados no âmbito do procedimento concursal acima referido e autorizou a prorrogação do prazo para apresentação de propostas até ao dia 16 de Fevereiro de 2011.

**Deliberado:** Ratificado por unanimidade.

**10-ASSUNTO:** OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – ALVARÁ N.º 5/96 (COD 39)

**REQUERENTE:** MANUEL PEREIRA DA CRUZ & FILHOS, LDA.

Presidente

Secretário

**LOCAL: LUGAR DA FRANZIA – ALMACAVE**

Presente a proposta de deliberação n.º 96/39/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, em cumprimento do despacho do Exmo. senhor Presidente da Câmara, de 24 de Novembro de 2010, exarado no parecer relativo à informação n.º 4703, de 20 de Outubro de 2010, foi elaborada a informação n.º 529 de 31 de Janeiro de 2011, do chefe da DUDE, que refere que analisado todo o processo, as informações e pareceres jurídicos, bem como da análise do RJUE e do regulamento do PUL, entende que é possível afectar as referidas parcelas a outro fim, de acordo com o referido na alínea d) do n.º 7 da referida informação.

Para afectação das referidas parcelas a outro fim deve o procedimento ser o previsto no artigo 48º do RJUE:

*“ 1- As condições de licença ou comunicação prévia de operação de loteamento podem ser alteradas por iniciativa da Câmara Municipal...*

*2 - A deliberação da Câmara Municipal que determinar as alterações referidas no número anterior é devidamente fundamentada e implica a emissão de novo alvará e a publicação e submissão a registo deste, a expensas do município.*

*3 – A deliberação referida no número anterior é precedida da audiência prévia do titular do alvará ou comunicação e demais interessados, que dispõem do prazo de 30 dias para se pronunciarem sobre o projecto de decisão.”*

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara que delibere se pretende afectar as parcelas a outro fim, promovendo a alteração às condições da licença de operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 5/96, em conformidade e nos termos do disposto no Art.48º do RJUE.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**11-ASSUNTO:** OBRAS DE ACABAMENTOS COM LEGALIZAÇÃO DO 4º ANDAR  
(COD 42)

**REQUERENTE:** JOSÉ LUÍS NEVES DE ALMEIDA E OUTROS

**LOCAL DA OBRA:** URB. DE FAFEL - LUGARES DE COLUMELA E  
COURA – SÉ

Presente a proposta de deliberação n.º 93/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 109 de

Presidente

Secretário

06/01/2011 e ao parecer do Chefe da DUDE de 20 de Janeiro de 2011, os proprietários e ocupantes das fracções do edifício em causa foram notificados em 06 de Dezembro de 2010, nos termos do Artigo 101º do C.P.A. do projecto de decisão de ordenar a cessação de utilização das fracções autónomas do edifício em causa.

Nenhum dos proprietários se pronunciou, tendo apenas se pronunciado um arrendatário, que alega ter um contrato de arrendamento visado nas finanças, ter licença de publicidade concedida pelo município e contrato de fornecimento de água.

De facto a fracção correspondente ao n.º 28 do rés-do-chão tem licença de publicidade desde 1984 e contrato de fornecimento de água, no entanto não tem qualquer autorização de utilização para a referida fracção.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara que delibere ordenar a cessação da utilização das fracções autónomas do edifício no prazo de 30 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 109º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, informando-se que nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, caso não cessem essa utilização indevida, no prazo fixado para o efeito, poderá a Câmara Municipal deliberar o seu despejo administrativo, e que o não cumprimento tempestivo dessa ordem, nos termos do n.º 1 do Artigo 100º do referido diploma legal, os fará incorrer na prática do crime de desobediência, previsto e punido no Artigo 348º do Código Penal, pelo que será feita a competente participação aos Serviços do Ministério Público de Lamego.

**Deliberado:** Retirado da ordem de trabalhos.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

**12-ASSUNTO:** ADAPTAÇÃO DO EXISTENTE PARA UMA ADEGA DE VINHOS DE MESA (COD 42)

**REQUERENTE:** DLL – DOURO LÁCRIMA LUSA, LDA.

**LOCAL:** QUINTA DE CALVILHE – SÉ

Presente a proposta de deliberação n.º 94/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere face ao teor da informação n.º 635/DUDE de 7 de Fevereiro de 2011, que a requerente solicitou a concessão de incentivos ao abrigo do Regulamento de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego, que se traduz na redução de taxas de 10.510,69 € para

Presidente

Secretário

2.198,45 €, tendo por fundamento a criação de postos de trabalho e com a transformação de produtos agrícolas.

Nos termos do artigo 4º do referido Regulamento, o deferimento da pretensão carece de classificação da actividade como de interesse municipal, pelo que propõe à Exma. Câmara que delibere classificar de interesse municipal a operação urbanística, nos termos e para os efeitos do Regime de Incentivo à Modernização Económica do Concelho e conceda os incentivos previstos no Regulamento.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**13-ASSUNTO:** AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO (CAVE) PARA UNIDADE ARTESANAL (COD 42)

**REQUERENTE:** EMANUEL DE SOUSA GUEDES

**LOCAL:** LUGAR DE FRAGAS – LALIM

Presente a proposta de deliberação n.º 95/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal segundo a qual, face ao requerimento do senhor Emanuel de Sousa Guedes e nos termos do artigo 4º do Regulamento Municipal de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego, propõe à Exma. Câmara que delibere classificar como de interesse municipal a operação urbanística nos termos e para os efeitos do Regime de Incentivo à Modernização Económica do Concelho e conceda os incentivos previstos no Regulamento, que se traduz na redução de taxas de 556,99 € (quinhentos e cinquenta e seis euros e noventa e nove cêntimos) para 217,70 € (duzentos e dezassete euros e setenta cêntimos).

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**14-ASSUNTO:** LISTAGEM MENSAL DAS DESPESAS AUTORIZADAS EM JANEIRO DE 2011 (COD 45)

O senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo da listagem das despesas autorizadas no mês de Janeiro de 2011, nos termos do n.º 6 do artigo 39º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

Presidente

Secretário

**15-ASSUNTO:** ADENDA AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR NA JUNTA DE FREGUESIA DE ALMACAVE (**COD 52-A**)

Presente proposta de deliberação n.º 97/52-A/10 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, ao abrigo do disposto nos artigos 37º e 66º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, seja aprovada a adenda ao protocolo de delegação de competências para a realização de transporte escolar, na Junta de Freguesia de Almacave, para o ano lectivo 2010/2011, cujo encargo é de 600,00 € (seiscentos euros), (Janeiro a Junho de 2011).

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**16-ASSUNTO:** 3ª EXPOSIÇÃO CANINA NACIONAL DE LAMEGO (**COD 52-A**)

Presente a proposta de deliberação n.º 98/52-A/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos a qual refere que, considerando o Protocolo de Cooperação para a Exposição Canina Nacional de Lamego, assinado a 18 de Maio de 2009 e com término a 31 de Dezembro de 2012, em que a Câmara Municipal de Lamego é promotora do evento, e na sequência da edição anterior encontra-se já calendarizada a 3ª Exposição Canina Nacional de Lamego para 19 de Junho de 2011.

A 20 de Junho de 2010 realizou-se na Avenida Dr. Alfredo de Sousa a 2ª Exposição Canina Nacional de Lamego, que contou com a participação de 449 cães, um aumento de 195 cães relativamente ao ano anterior, note-se que no ano de 2010 todas as exposições nacionais diminuíram o número de inscritos, menos a de Lamego.

Os cães eram oriundos de diversos países, tais como Inglaterra, Espanha, França e Irlanda. Tivemos a presença de juizes Espanhóis e Irlandeses bem como de diversas partes de Portugal.

É de salientar que Lamego encontra-se neste momento no calendário Nacional de Exposições Caninas, podendo eventualmente no próximo ano acolher a 1ª Exposição Internacional, sendo que se não houver este ano a 3ª edição deste evento, outros municípios encontram-se interessados em inserir esse evento nas suas actividades culturais.

Presidente

Secretário

O cancelamento desta edição fará Lamego perder assim a posição privilegiada que tem com o Clube Português de Canicultura.

Face ao exposto, remete à Exma. Câmara para apreciação e deliberação sobre a eventual realização da 3ª Exposição Canina Nacional de Lamego.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, cumprir o protocolo de cooperação para a Exposição Canina Nacional de Lamego, já assinado a 18 de Maio de 2009 e com o seu término a 31 de Dezembro de 2012, aprovando, assim, a realização da 3ª Exposição Canina Nacional de Lamego.

**17-ASSUNTO:** CORTE DE TRÂNSITO NA AV. D. JACINTO BOTELHO - RATIFICAÇÃO (COD 62)

Presente proposta de deliberação n.º 99/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que seja ratificado o seu despacho datado de 14 de Fevereiro de 2011, no qual autorizou o corte de trânsito na Av. D. Jacinto Botelho no dia 15 de Fevereiro de 2011, para procederem à montagem dos lanternins na cobertura do pavilhão com uma auto-grua.

**Deliberado:** Ratificado por unanimidade.

**APÓS A ORDEM DO DIA**

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

**18-ASSUNTO:** ALTERAÇÃO DO ARTIGO 5º DOS ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO DR. JOÃO DE ALMEIDA (COD 08)

Oriunda do senhor Presidente da Câmara Municipal, presente à reunião a proposta de deliberação n.º 102/08/11 segundo a qual, compulsados os estatutos da Fundação Dr. João de Almeida, constata-se que há necessidade de rectificar a redacção do seu artigo 5º, devido a algumas alterações matriciais.

Presidente

Secretário

Nesta conformidade propõe à Exma. Câmara Municipal a aprovação da alteração do artigo 5º dos Estatutos da Fundação Dr. João de Almeida, que passará a ter a seguinte redacção:

“Artigo 5.º

1. A Fundação tem um capital de dotação, constituído no montante de vinte mil euros e ainda compreende os bens imóveis, sitos na freguesia de Magueija, concelho de Lamego e inscritos na respectiva matriz sob os artigos 554º (Urbano), 560º (Urbano), 46º-A, 453º-A, 494-A, 498º-A, 553º-A, 725º-A, 975º-A, 1.012º-A, 236º-B, 337º-D, 315º-E, 316º-E, 325º-E, 332º-E, 333º-E, 397º-E, 412º-E, 416º-E, 417º-E, 418º-E, 440º-E, 733º-E, 1.100º-E, 1.128º-E e 1.161º-E, genericamente, denominados Casal de S. João, na freguesia de Paus, concelho de Resende sob o art. 3521º e da freguesia de Almacave, concelho de Lamego, sob os arts. 1.129º (urbano) e 102º-A, que compõe a casa/residência do referido Dr. João de Almeida e ainda o direito de superfície sobre o Parque de Campismo, art.º 454º da freguesia de Avões, concelho de Lamego.

2. O capital de dotação pode ser aumentado livremente por contribuições do fundador ou de terceiros.

3. Os capitais entregues por terceiros poderão revestir a figura de Fundo Autónomo.”

Informa, ainda, que os prédios a transmitir à Fundação têm os seguintes valores patrimoniais:

Na freguesia de Magueija, concelho de Lamego:

Artigo 554º (Urbano) - € 3.817,78

Artigo 560º (Urbano) - €3.053,84

Artigo 46º-A - €3,09

Artigo 453º-A – €2,85

Artigo 494º-A – €1,24

Artigo 498º-A - €0,87

Artigo 553º-A – €1,98

Artigo 725º-A – 1,12

Artigo 975º-A – €21,15

Artigo 1.012º-A - €1,49

Artigo 236º-B - €5,20

Presidente

Secretário

Artigo 337º-D - €35,14

Artigo 315º-E - €25,11

Artigo 316º-E - €25,86

Artigo 325º-E - €24,00

Artigo 332º-E - €66,43

Artigo 333º-E - €1,12

Artigo 397º-E - €1,24

Artigo 412º-E - 3,09

Artigo 416º-E - €5,57

Artigo 417º-E - €5,69

Artigo 418º-E - €9,16

Artigo 440º-E - 26,48

Artigo 733º-E - €23,63

Artigo 1.100º-E - €671,46

Artigo 1.128º-E - €58,26

Artigo 1.161º-E - €568,00

Na freguesia de Paus, concelho de Resende:

Artigo 3521º - € 94,63

Na freguesia de Almacave, concelho de Lamego:

Artigo 1.129º (urbano) - € 15.270,17

Artigo 102º-A - € 15,96, que compõe a casa/residência do referido Dr. João de Almeida

Na freguesia de Avões, concelho de Lamego, o direito de superfície sobre o Parque de Campismo:

Artigo 454º - €4.560,00

Mais propõe que este assunto seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal nos termos e para efeitos do disposto nos artigo 64º n.º 6 alínea a) e artigo 53º n.º 2 alínea l) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/02 de 11 de Janeiro, com vista à sua aprovação.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretário

**19-ASSUNTO: REMODELAÇÃO DE UMA ADEGA E CONSTRUÇÃO DE ACESSO (COD 42)****REQUERENTE:** SOLAR DE CAMBRES, LDA.**LOCAL DA OBRA:** CASAL VELHO - QUINTA DO CASAL – CAMBRES

Presente a proposta de deliberação n.º 100/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 777/DUDE de 17 de Fevereiro de 2011, a requerente solicitou a concessão de incentivos ao abrigo do Regulamento de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego, que se traduz na redução de taxas de 6.277,69 € para 3.138,85 €, argumentando com a criação de postos de trabalho, vinificação e engarrafamento de vinhos, internacionalização da empresa através de vinhos engarrafados e colaborar para o escoamento das uvas dos produtores.

Nos termos do artigo 4º do referido Regulamento, o deferimento da pretensão carece de classificação da actividade como de interesse municipal, pelo que propõe à Exma. Câmara que delibere se classifica de interesse municipal a operação urbanística, nos termos e para os efeitos do Regime de Incentivo à Modernização Económica do Concelho e conceda os incentivos previstos no Regulamento.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**20-ASSUNTO: RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE TRABALHADOR PARA MINISTRAR O ENSINO DA MÚSICA (COD 44)**

Presente a proposta de deliberação n.º 101/44/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, o Orçamento de Estado do ano 2011, aprovado pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, assenta claramente na contenção da despesa pública, tendo o Governo Português decidido acelerar o processo de consolidação orçamental e rever as metas para o défice e para a dívida pública, adoptando, para tal, medidas de consolidação adicionais, não apenas do lado da redução da despesa, mas também, dada a necessidade de *frontloading*/antecipação do ajustamento, do lado da receita.

Foram, igualmente, antecipadas outras medidas que estavam previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 para vigorarem apenas a partir de 2011.

Presidente

Secretário

Destas, salientamos as que incidem sobre as despesas com pessoal que vêm reforçar as medidas adoptadas em Maio de 2010 e que envolvem, entre outras, a redução das remunerações e o controlo do recrutamento de trabalhadores na Administração Pública.

Acontece, porém que, no âmbito da transferência de competências da Administração Central para a Local no domínio da Educação, este Município está a apoiar as Actividades Extra curriculares (AEC's), concretamente na área da Música. Assim, considerando que um dos professores de música pediu a rescisão do contrato com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2011 e que os horários ministrados por este professor não estão a ser leccionados, trazendo prejuízo para as crianças.

Considerando a urgência no recrutamento de um professor que possa substituir o professor que rescindiu o contrato e atentos à necessidade premente destas crianças terem a componente lúdica essencial.

Considerando que a contratação em tempo útil de um professor para colmatar esta vaga é manifestamente impraticável.

Considerando, finalmente, o disposto no nº 5 do artigo 35º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e no nº 2 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril e a Lei nº 55-A/20210, de 31 de Dezembro, quadro legal que se aplica a estes contratos, na medida em que é competência do órgão executivo autorizar a celebração dos mesmos, desde que os encargos financeiros globais anuais, que devam suportar os referidos contratos, estejam inscritos na respectiva rubrica do orçamento do órgão ou serviço.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara Municipal, órgão com competência para emitir parecer prévio, ao abrigo do nº 4, do artigo 22º do Orçamento de Estado para 2011, o nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, a celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com um professor de música.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

## INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente

Secretário

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Inscreveram-se os seguintes munícipes:

1. João Manuel Ferreira, Lamego;
2. José Samuel Moreira da Fonseca, Ferreiros de Avões.

**1. O senhor João Manuel Ferreira**, no uso da palavra, referiu-se novamente à factura de água que continua a ter um valor excessivo.

Foi-lhe respondido pelo **senhor Presidente da Câmara** que o assunto já foi presente à reunião de Câmara de 8 de Fevereiro de 2011, tendo sido alterado o uso do contador da água para doméstico.

**2. José Samuel Moreira da Fonseca** usou da palavra, em primeiro lugar, para agradecer a rapidez com que resolveram os assuntos explanados nas reuniões anteriores.

De seguida, solicitou a construção de uma valeta no caminho do lugar de Santo António que dá acesso à Capela, a fim de conduzir as águas pluviais.

Mais, referiu que a retirada dos postes da PT ainda não se verificou, encontrando-se ainda caídos.

**O senhor Presidente da Câmara Municipal** respondeu que estes assuntos irão ser remetidos aos serviços da DMSU para resolução.

#### **21-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberado:** Aprovados, por unanimidade, em minuta, para efeitos de cumprimento imediato.

#### **22-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

Presidente

Secretário

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária,